

Parecer nº 132/IEF/NAR PATROCINIO/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0020936/2024-47

PARECER ÚNICO				
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Nome: Vanilda Perpétua Martins e Outros		CPF/CNPJ: 183.310.686-53		
Endereço: Rua Cassimiro Santos, 1.035		Bairro: Centro		
Município: Patrocínio	UF: MG	CEP: 38.742-054		
Telefone: (38) 98876-4616	E-mail: zebiologocoromandel@gmail.com			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?				
(X) Sim, ir para item 3      ( ) Não, ir para item 2				
<b>2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL</b>				
Nome:		CPF/CNPJ:		
Endereço:		Bairro:		
Município:	UF:	CEP:		
Telefone:	E-mail:			
<b>3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL</b>				
Denominação: Fazenda Arcos		Área Total (ha): 252,0541		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 33.728, Livro RG, Folha 02; 33.730, Livro RG, Folha 02		Município/UF: Coromandel/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3119302-598C.DA36.851F.49D5.BC07.4B82.E65E.5923				
<b>4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade		
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	3,8252	ha		
<b>5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO</b>				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo	3,8252	ha	272.709	7.937.589
<b>6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA</b>				
Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)		
Pecuária		3,8252		
<b>7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL</b>				
Biotopo/Transição entre Biotopos	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
Cerrado	Cerradão, campo cerrado e cerrado em regeneração natural		3,8252	
<b>8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO</b>				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha nativa		112,6866	m³	
<b>1. HISTÓRICO</b>				
Data de formalização/aceite do processo: 14/08/2024				
Data da vistoria: 03/09/2024				
Data de solicitação de informações complementares: 19/09/2024				
Data do recebimento de informações complementares: 02/10/2024				
Data de emissão do parecer técnico: 07/10/2024				
<b>2. OBJETIVO</b>				

É objeto deste parecer analisar a solicitação para supressão da cobertura vegetal nativa com destoca de 3,8252 hectares, com fitofisionomia florestal de cerrado em regeneração natural, em meio rural, para atividade de pecuária.

### **3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**

#### **3.1 Imóvel rural:**

O imóvel denominado fazenda Arcos, localizada no município de Coromandel, matrículas 33.728, 88,2666 hectares, e 33.730, 163,7875 hectares, possui uma área total matriculada de 252,0541 hectares, 6,3013 módulos fiscais. A área requerida para intervenção ambiental, no total de 3,8252 hectares, apresenta a fitofisionomia florestal de cerrado em regeneração natural. A cobertura vegetal do município é de 29,76%, que se encontra no bioma cerrado.

#### **3.2 Cadastro Ambiental Rural:**

- Número do registro:

MG-3119302-598C.DA36.851F.49D5.BC07.4B82.E65E.5923

- Área total: 252,0486 ha

- Área de reserva legal: 54,8200 ha

- Área de preservação permanente: 22,8660 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 150,6044 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

A área está preservada e constitui-se de campo cerrado

- Formalização da reserva legal:

A reserva legal do imóvel está proposta no CAR, e está averbada à margem das matrículas 33.730 e 33.728 em cartório de registro de imóveis

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

Dentro do próprio imóvel

- Quantidade de fragmentos de vegetação que compõem a área de reserva legal: 2

#### **- Parecer sobre o CAR:**

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida, e não foram utilizadas áreas de preservação permanentes no cômputo da reserva legal.

### **4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA**

#### **4.1. A intervenção ambiental visa o desmate de vegetação de campo cerrado em regeneração natural:**

Área total a ser explorada: 3,8252 hectares.

Tipo de Amostragem: Casual, com duas parcelas.

Volume/hectare: 29,4500 metros cúbicos de lenha.

Volume total: 112,6521 metros cúbicos.

Espécies mais frequentes: Angico branco, folha miúda, entre outras.

Finalidade do Produto/Subproduto: Uso na própria propriedade.

Conforme os dados extraídos do inventário florestal juntados ao processo pelo Biólogo José Antônio Mateus de Moraes, CRBio-80.697-04 e ART Nº 20241000108129 e da vistoria técnica realizada na propriedade em questão, foi constatado que ocorre a fitofisionomia florestal classificada como cerrado em regeneração natural.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão total da área total requerida é de 112,6521 m<sup>3</sup>, em 3,8252 hectares, que serão utilizados na própria propriedade e incorporados ao solo.

#### **4.2. Taxas pagas:**

Taxa de expediente: R\$ 675,80 paga em 19/06/2024.

Taxa florestal: 832,93 paga em 19/06/2024.

### **5. RESTRIÇÕES AMBIENTAIS, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E VISTORIA TÉCNICA**

#### **5.1 Das eventuais restrições ambientais:**

- Vulnerabilidade natural: Média, conforme o Sisema IDE.

- Prioridade para conservação da flora: Muito alta, conforme o Sisema IDE.

- Prioridade para conservação Biodiversitas:

Em consulta à Fundação Biodiversitas, verificou-se que a propriedade não está inserida em área com prioridade de conservação Extrema / Especial, de acordo com o Decreto Estadual 46.336/13; e também conforme o Sisema IDE.

## 5.2 Das características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

### - Atividades desenvolvidas:

Agricultura e pecuária.

- Atividade licenciada: G-01-03-1, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.

- Classe do empreendimento: Classe 1.

- Modalidade: Não passível de licenciamento.

## 5.3 Da vistoria técnica realizada:

- Datas: 03/09/2024.

- Acompanhante: Não houve.

### - Características físicas:

Topografia: Relevo suave ondulado.

Solo: Latossolo.

Hidrografia: Área de preservação permanente do imóvel: 14,5134 hectares.

Bacia hidrográfica federal: Rio Paranaíba.

Microbacia: Rio Dourados.

- Características biológicas/vegetação: Bioma cerrado, fitofisionomias florestais de cerradão, campo cerrado e cerrado em regeneração natural.

## 6. ANÁLISE TÉCNICA

A intervenção ambiental solicitada no processo visa o desmate de vegetação de cerrado em regeneração natural, com área total requerida para 3,8252 hectares.

Salienta-se que, conforme a legislação vigente e do ponto de vista técnico a intervenção ambiental é passível de ser aprovada, pois trata-se de cerrado em regeneração natural.

O rendimento lenhoso gerado a partir da supressão total da área total requerida de 3,8252 hectares é de 112,6521 m<sup>3</sup>, sendo considerado baixo, e será utilizado na própria propriedade e incorporados ao solo.

### 6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrerem durante a intervenção abrangeram a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo:

Impacto: Com a retirada da vegetação que cobre o solo existe a possibilidade de carreamento de partículas, bem como o aparecimento de sulcos de erosão na superfície do solo.

Medida Mitigadora: Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.

Impacto: Erosão.

Medida Mitigadora: Como o terreno é suave ondulado, recomenda-se a construção de curvas de nível.

## 7. CONTROLE PROCESSUAL

Processo Administrativo nº: 2100.01.0020936/2024-47

Requerente: VANILDA PERPÉtua MARTINS E OUTROS

Referência: Supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

### I. Relatório:

1 - Trata-se o processo administrativo ora sob análise de requerimento de **SUPRESSÃO DE COBERTURA VEGETAL NATIVA em 3,8252 hectares** no imóvel rural denominado "Fazenda Arcos", localizado no município de Coromandel, matrículas nº 33.728 e 33.730, possuindo **área total de 252,0541 hectares**, segundo o Parecer Técnico, fatos esses que, de acordo com o gestor do processo, foram devidamente verificados na vistoria realizada no local.

2 - Segundo o Parecer Técnico, a propriedade possui **54,8200 hectares de reserva legal**, declarada no CAR e aprovada pelo técnico vistoriante, que encontra-se em bom estado de conservação e com quantidade de acordo com o percentual mínimo legal de 20%.

3 - A justificativa da intervenção é a implementação da atividade de pecuária, de acordo com o Parecer Técnico. Importante destacar a regularidade ambiental do empreendimento, nos moldes da DN nº 217/2017, sendo, portanto, considerada **não passível** de licenciamento ou licenciamento ambiental simplificado pelo órgão ambiental competente, de acordo com o Requerimento, ressaltando-se que as informações são de inteira responsabilidade da empreendedora e/ou de seu (sua) representante legal.

4 - Ademais, restou assentado no Parecer Técnico que a área requerida **não** é considerada como prioridade de conservação extrema/especial, de acordo com o sistema Biodiversitas e o IDE-SISEMA.

É o breve relatório.

## II. Análise Jurídica:

5 - De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico, o requerimento de intervenção ora sob análise é **passível de DEFERIMENTO**, conforme restará demonstrado adiante.

6 - No que tange ao pedido de supressão de vegetação nativa, prevê o **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019** que:

*Art. 3º - São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:*

*I – supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;*

7 - Desta feita, tem-se que o presente pedido de autorização para intervenção ambiental encontra respaldo no **art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, tendo sido cumpridas todas as exigências legais e administrativas necessárias à sua análise, merecendo destaque que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal e outras).

## III. Conclusão:

8 - Ante o exposto, considerando que o processo está devidamente instruído e com respaldo no Parecer Técnico, bem como ante o disposto no **art. 26 da Lei Federal nº 12.651/2012 e art. 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 47.749/2019**, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba, do ponto de vista jurídico, **opina FAVORAVELMENTE à SUPRESSÃO DA COBERTURA VEGETAL NATIVA em 3,8252 ha**, nos moldes requeridos e aprovados tecnicamente, devendo o proprietário, contudo, conforme já citado acima, promover o integral cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias estabelecidas pelo técnico vistoriante, caso existam, sob pena das sanções legais, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 da Lei Estadual nº 20.922/2013).

9 - Importante destacar que, de acordo com o art. 38, § Único, inciso I do Decreto nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF/URAP.

10 - Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, conforme art. 7º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

**Fica registrado que o presente controle processual restringiu-se à análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, através das informações prestadas no Parecer Técnico. Assim, o Núcleo de Controle Processual do IEF/Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Paranaíba não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada.**

### Observações:

*As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

*O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.*

## 8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO (INTEGRAL) do requerimento de 3,8252 hectares, pois possui a fisionomia florestal de cerrado em regeneração

natural, passível de aprovação, na fazenda Arcos, tendo como requerente Vanilda Perpétua Martins e Outros.

#### 9.REPOSIÇÃO FLORESTAL

Valor: R\$ 3.568,62.

Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento à conta de arrecadação de reposição florestal  
( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas  
( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

#### 10.CONDICIONANTES

O Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante o cumprimento integral das seguintes condicionantes:

- Respeitar rigorosamente os limites das áreas de reserva legal e de preservação permanente.
- Não permitir que o solo fique exposto por longos períodos.
- Construir curvas de nível.

#### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

#### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Edimar Antônio da Silva  
Masp: 1149443-2

#### RESPONSÁVEL PELO CONTROLE PROCESSUAL

Nome: Andrei Rodrigues Pereira Machado  
Masp: 1368646-4



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Rodrigues Pereira Machado, Coordenador**, em 23/12/2024, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edimar Antonio da Silva, Servidor**, em 07/01/2025, às 08:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **97507343** e o código CRC **8F79EEE1**.